



A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: DIFICULDADES, POSSIBILIDADES E REFLEXÕES

Gabriela Maria Barbosa Brabo - UFRGS

Resumo: O texto pretende relatar a experiência de implantação de uma sala de recursos numa escola de ensino fundamental, ocorrida durante período de estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da UFRGS. A aluna que realizou o estágio foi selecionada para ser a professora da sala de recursos dessa escola. Como supervisora de estágio, foi-me possível acompanhar tal período, na sala de recursos, e observar o processo de implantação desse serviço. Foram detectadas dificuldades relacionadas à escolha da escola para abrigar uma sala de recursos, à seleção da professora, aos critérios de encaminhamento dos alunos para atendimento e à participação da comunidade escolar como um todo para o êxito do serviço. As reflexões feitas a partir dos dados observados servem de alerta para podermos analisar de que maneira tal implantação pode estar ocorrendo nos diversos contextos escolares, mas também para podermos pensar em novos direcionamentos na criação e implantação de serviços que auxiliem de fato o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Sala de recursos. Educação Especial. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre do ano de 2010, fui convidada a trabalhar como supervisora de estágio no curso de Licenciatura em Pedagogia a distância – PEAD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mais especificamente, fui convidada a supervisionar alunos que iriam desenvolver seus estágios em escolas especiais, instituições especializadas, classes especiais e salas de recursos.

O motivo de tal convite deve-se ao fato de minha trajetória profissional estar vinculada à Educação Especial, modalidade da Educação na qual venho atuando desde a década de 80 do século anterior, no Departamento de Educação Especial – DEES, órgão da Secretaria de Educação do Estado do Pará, como psicóloga escolar. Um segundo motivo deve-se à visibilidade alcançada por minha ocupação atual como professora substituta da Faculdade de Educação da UFRGS. E finalmente, um terceiro motivo diz respeito à dificuldade de se encontrar, no quadro docente do mencionado curso, professores que se sentissem preparados para orientar alunos que iriam atuar em contextos vinculados à Educação Especial – ou, melhor dizendo, que iriam trabalhar com alunos com deficiência/necessidades educacionais

especiais.

Uma vez aceito o convite/desafio, tomei conhecimento de que iria supervisionar alunos (oito no total) situados em quatro municípios, distribuídos em três polos. Três alunas atuavam em uma APAE, na qual já trabalhavam; três outros em uma escola especial, sendo que duas já trabalhavam nela em turmas de educação infantil e séries iniciais, e um atuaria no laboratório de informática da escola; uma aluna iria estagiar em uma classe especial e outra em uma sala de recursos, sendo que tais ambientes já se constituíam no trabalho de ambas.

A supervisão de estágio se configurou em um campo rico para a pesquisa em Educação Especial, uma vez que os contextos de atuação dos alunos se mostraram bem diversificados, cada qual com sua própria trajetória e suas singularidades, envolvendo aspectos socioculturais, políticos, geográficos, relacionais etc. Dos vários contextos pesquisados, relatarei no presente texto como transcorreu o estágio desenvolvido na sala de recursos, uma vez que coincidiu com a implantação desse serviço na escola onde minha aluna atuou.

1. O INÍCIO DE TUDO...

A maioria dos dados que passo a apresentar foram retirados diretamente do pbworks da aluna Margarida, visto que ela participou desde o início do processo de implantação da sala de recursos em sua escola, e de minhas observações ao longo do estágio.

Segundo o relato de Margarida, o Departamento de Inclusão, vinculado à Secretaria de Educação de seu município – SME fez uma parceria com o Ministério da Educação – MEC tendo como objetivo a implantação, em algumas escolas municipais, de Salas de Recursos Multifuncionais para oferecer Atendimento Educacional Especializado a alunos com Necessidades Educacionais Especiais que se encontrassem matriculados em classes regulares. Tal atendimento ocorreria sempre no turno inverso das aulas desses alunos.

Essa parceria atribui a cada órgão as seguintes competências: ao MEC compete disponibilizar todo o mobiliário da sala, jogos pedagógicos, recursos tecnológicos (tecnologia assistiva) e formação continuada aos professores selecionados para atuarem nas respectivas salas; à prefeitura municipal compete oferecer o espaço físico e selecionar os professores.

Inicialmente, quinze escolas da rede municipal de ensino foram beneficiadas com o projeto, cuja intenção consiste em ampliar a oferta dessa modalidade de atendimento nos próximos dois anos. Dentre as escolas escolhidas, a escola onde Margarida trabalha há dezoito anos foi uma delas.

De acordo com o relato da aluna, a escolha de sua escola pela SME para se tornar escola-polo que abriga uma sala de recursos deve-se ao grande número de alunos com deficiência intelectual (e outras deficiências também) nela matriculados nos últimos anos, bem como por ser uma escola que sempre acolheu alunos “diferentes”, em um tempo no qual não se falava muito em inclusão.

Margarida recebeu o convite feito pela direção da escola para ser a professora da sala de recursos no início de 2010, o que a deixou muito contente. Alega que na profissão que escolheu, é sempre bom poder começar novos projetos. A carga horária estipulada abrange 20 horas semanais, em horário “xadrez” (duas manhãs e duas tardes salteadas de segunda a quinta-feira). Às sextas-feiras, a aluna ficaria à disposição do departamento de inclusão para participar de reuniões e formação.

A fim de preparar-se para exercer a função a ela atribuída, Margarida conta que passou a participar de vários cursos a distância específicos para a atuação em sala de recursos. Ao começar o estágio supervisionado, ressaltou a intenção de participar de um curso de especialização em educação especial, disponibilizado para os professores da rede municipal que atuam em salas de recursos.

O espaço disponibilizado pela direção da escola para tornar-se a sala de recursos corresponde à antiga sala dos professores. Segundo a aluna, é uma sala com um bom espaço para atender alunos em pequenos grupos (SIC). Os equipamentos cedidos pelo MEC consistem em: mobiliário (mesas, cadeiras e armários); vários jogos pedagógicos; dois computadores sem internet; um computador com internet banda larga contendo alguns programas específicos para alunos com Necessidades Educacionais Especiais; TV de LCD 32”; teclado adaptado; impressora; scanner.

Quanto ao encaminhamento dos alunos para o atendimento em sala de recursos, a aluna recebeu como orientação do Departamento de Inclusão da SME:

- em um primeiro momento, atender alunos da própria escola e com laudo médico;
- atender alunos com laudo médico das escolas do entorno da escola-polo;
- caso sobre horário, atender alunos multirrepetentes da escola.

Além dessas orientações, o Departamento de Inclusão também forneceu uma ficha de “Dados relativos à inclusão intelectual” a ser preenchida com o nome dos alunos eleitos ao atendimento e devolvida até o dia 31 de março de 2010 . Na escola, foram feitas várias fotocópias da referida ficha e distribuídas entre todos os professores das séries iniciais e finais, com a solicitação para que a preenchessem com o nome de alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem durante o primeiro mês de aula. Se um professor ficasse com

dúvidas a respeito de algum aluno, conversaria com a orientadora escolar, que ao final do preenchimento de todas as fichas elaborou uma planilha com a relação de todos os alunos que iriam receber atendimento na sala de recursos.

Após, eu e a orientadora nos reunimos e conversamos sobre cada aluno, e aqueles de quem eu não conhecia a história, ela me deixou a par (lembrando que trabalho na escola há vários anos, então a grande maioria dos alunos para atendimento eu já conheço). Claro que alguns alunos sem laudo (muitos pais, por mais que sejam orientados pela escola a levarem seus filhos para um atendimento médico fora da escola, não o fazem), mas que sabemos que necessitam de atendimento, foram incluídos nesta lista e também estão sendo atendidos na sala de recursos (MARGARIDA, pbworks, 2010).

Com vistas a conhecer melhor as bases legais e políticas que fundamentam o trabalho no Atendimento Educacional Especializado, a aluna fez as seguintes leituras, dentre outras: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996; Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado; Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); Decreto nº 3.956/2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; Declaração de Salamanca de 1994; Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, de 2001.

2. DADOS SOBRE A SALA DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio supervisionado ocorreu da mesma maneira para todos os alunos: uma vez decidido o espaço onde iria atuar, cada aluno deveria elaborar um projeto (ou carta de intenções) no qual esclareceria, em linhas gerais, quais os objetivos que pretendia alcançar e como pretendia desenvolver suas ações. A partir daí, faria um roteiro semanal com o detalhamento dessas ações a cada dia. Esse roteiro seria publicado no pbworks sempre no início de cada semana.

No decorrer da semana, o aluno deveria publicar diariamente no que se convencionou chamar de “diário de bordo” as ações executadas no dia a dia, procurando descrever em quais atividades obteve êxito, o que não foi possível realizar e quais mudanças ocorreram para além do planejado. Ao final da semana, o aluno elaboraria um relatório no qual faria uma análise de sua atuação, procurando relacioná-la à teoria estudada durante as interdisciplinas e verificando o que precisaria ser modificado.

O contato dos alunos com a supervisora (e com a tutora) se deu por meio de comentários pontuais em seus pbworks acerca do que publicaram em seus relatórios; plantões de atendimento via internet; dois encontros presenciais durante o estágio (no qual eram orientados quanto ao desenvolvimento das ações a serem executadas, bem como sobre a elaboração do relatório final de estágio); e duas sessões de observação de sua atuação no espaço do estágio. A culminância ocorreu com as bancas de apresentação individual dos resultados do estágio, sendo a banca composta pela supervisora e pela tutora.

Com relação à aluna Margarida, seu projeto apresentou os seguintes objetivos:

- desenvolver nos alunos habilidades de raciocínio;
- conscientizar-se de que são sujeitos únicos na sociedade;
- compreender que são capazes de executar suas atividades escolares;
- valorizar seu próprio conhecimento em relação a diversos assuntos;
- refletir que são sujeitos autônomos;
- desenvolver sua oralidade e linguagem;
- desenvolver seu raciocínio numérico;
- despertar o sentimento de cooperação entre os seus na escola;
- valorizar seus conhecimentos prévios (MARGARIDA, pbworks, 2010).

Como estratégia de atuação, a aluna optou pela construção de blogs, para que os seus alunos tivessem a oportunidade de manusear o computador, expor suas ideias acerca das atividades realizadas e apresentar seus trabalhos. Os grupos formados para o atendimento na sala de recursos continham uma média de cinco alunos por sessão. A cada dia letivo, havia três sessões de duração de uma hora com três turmas diferentes, perfazendo um total de doze turmas de alunos com um atendimento semanal por turma.

O agrupamento dos alunos foi feito tomando como base a série que estavam cursando, indo desde a 2ª até a 8ª série. O maior número de alunos situa-se entre as 5ª e 6ª séries. As idades variam entre os oito e dezoito anos, sendo aproximadamente 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Quanto ao diagnóstico, segundo levantamento da escola, 80% dos alunos possuem deficiência intelectual e 20% apresentam algum Transtorno Global do Desenvolvimento. O estágio supervisionado teve a duração de 180 horas em quatorze semanas.

3. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO E AS INTERVENÇÕES FEITAS NA SALA DE RECURSOS

Em virtude do processo de seleção e agrupamento dos alunos para o atendimento na sala de recursos, essa aluna foi a última a iniciar seu estágio. Da mesma forma, terminou o estágio depois dos outros alunos, devido a não utilizar todos os dias da semana para desenvolvê-lo (como foi informado anteriormente, às sextas-feiras ela participava dos encontros na SME).

Durante a elaboração do projeto de estágio, observou-se que Margarida construiu objetivos gerais para desenvolver com seus alunos, embora apresentassem necessidades diferentes e pertencessem a séries diversas. Outro fato que gerou estranhamento se refere ao número elevado de alunos encaminhados à sala de recursos, o que gerou preocupação na supervisora e tutora e a busca de saber mais detalhes acerca de tal ingresso (nem sempre respondidos): de onde esses alunos vêm? Quem os encaminha? Quem realiza a avaliação inicial que elege esses alunos ao atendimento na sala de recursos? Qual a participação da aluna nesse processo? E dos pais?

Um ponto a ser ressaltado diz respeito à dificuldade de se estabelecer um contato mais frequente com a aluna. Primeiramente, ela não publicava suas impressões diárias no diário de bordo, coisa que só começou a fazer a partir da terceira semana, após vários alertas da tutora. E quando começou a publicar, percebeu-se que descrevia atividades realizadas pelos alunos individualmente, o que ia de encontro aos objetivos por ela construídos. Também não se utilizou de nenhum dos plantões da internet para tirar alguma dúvida, além de apresentar pequenas perdas de contato frequentes.

Já na apreciação do primeiro relatório semanal, a maneira sucinta de descrever as atividades desenvolvidas na semana e de fazer a análise de sua atuação nos suscitou uma série de questões, como por exemplo: como foi o processo de aprendizagem de cada aluno acerca da criação do blog? O que foi possível observar de características particulares de cada um a partir da ação desenvolvida? Como eles receberam a proposta? O trabalho foi realizado individualmente? O que foi compartilhado? O que pode ser comentado sobre o uso das funções cognitivas para o trabalho? E a interação entre os integrantes da sala? E as formas de comunicação? Que progressos foram percebidos? E dificuldades? Etc.

Quanto à atuação de Margarida na função de professora da sala de recursos, havia também várias perguntas a serem respondidas: como direcionou sua ação? Que materiais/recursos utilizou? Que imprevistos ocorreram e como contornou? Como avaliou suas intervenções? Conseguiu relacionar suas ações a alguma abordagem teórica já estudada? A metodologia escolhida obteve êxito? O que observou, em sua prática, que precisaria ser aperfeiçoado ou modificado?

No que tange à integração entre o trabalho na sala de recursos e o processo de aprendizagem dos alunos no ensino regular, vários questionamentos foram feitos: como o trabalho desenvolvido pela aluna é visto pela escola? Há continuidade entre as ações pedagógicas da sala de recursos e as da sala comum? Há algum momento de encontro entre ela e as professoras de seus alunos? E com o corpo técnico-pedagógico? Qual a participação dos pais desses alunos com relação ao atendimento?

Nas visitas realizadas ao contexto escolar para observação da prática pedagógica da aluna, algumas situações foram percebidas, como por exemplo: parte do mobiliário ainda se encontrava desmontado, e os alunos tinham de se adaptar a carteiras improvisadas de mesas e a cadeiras de educação infantil; os computadores estavam desmontados, sendo que apenas um funcionava, o que fazia com que todos os alunos se aglomerassem em frente a ele; as atividades, embora fossem as mesmas para todos (não respeitando as singularidades e o nível de conhecimento dos alunos), não estimulavam o trabalho compartilhado; ficou evidente que alguns alunos que foram diagnosticados com deficiência intelectual não confirmaram tal diagnóstico.

Considero importante enfatizar que, no decorrer do estágio, a aluna procurou ampliar sua base de conhecimento a respeito da nova função – professora da sala de recursos –, solicitando leituras sobre o tema e pesquisando autores que apresentam teorias mais concernentes com os princípios da Educação Inclusiva, como também conceitos relacionados à área da Educação Especial, principalmente sobre o atendimento educacional especializado.

4. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SALA DE RECURSOS A PARTIR DO QUE FOI OBSERVADO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Ao longo do estágio, percebeu-se que a aluna apresentava dois tipos de preocupação que, de certo modo, dialogavam entre si: a preocupação com o êxito de suas ações no estágio supervisionado e, principalmente, a preocupação com a nova função que teria de dar conta, mesmo depois do estágio: professora da sala de recursos. Embora tenha cursado uma interdisciplina voltada para o estudo da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva e frequente semanalmente as reuniões de formação na SME, a aluna demonstrou desconhecer, em sua maioria, os aspectos políticos, legais e pedagógicos que fundamentam a implantação da sala de recursos na escola comum.

Alguns pontos que foram detectados durante o estágio supervisionado, mas que envolvem diretamente a implantação da sala de recursos, merecem ser aqui destacados:

- Processo de escolha da escola para abrigar uma sala de recursos. Alves e Gotti (2006) afirmam: “Cabe às secretarias de educação avaliar as demandas oriundas das escolas de sua rede no que se refere à organização e autorização de abertura de salas de recursos para a realização do atendimento educacional especializado” (p. 77). A partir dessa concepção, abre-se um leque de questionamentos: partiu da escola a busca pela implantação desse serviço? Há alunado suficiente que justifique tal implantação? A escola apresenta condições de abrigar tal serviço? O gestor se mostrou disposto a receber uma sala de recursos em sua escola?
- Seleção da professora para a sala de recursos. Quais critérios foram seguidos para a sua seleção? O artigo nº 18, § 2º e 3º da Resolução do CNE/CEB 2/2001 afirma que o professor deve comprovar pós-graduação, graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas de Educação Especial. Tal critério não foi contemplado na escolha de Margarida, que na época ainda cursava uma graduação a distância. Em consequência, não lhe foi permitido participar do curso de especialização em educação especial oferecido pela secretaria de educação. O documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado” (2006) prevê quais são as atribuições desse professor. A escola deveria conhecer essas atribuições e levá-las em conta, quando da escolha do professor para essa sala.
- Condições de elegibilidade do aluno para o atendimento na sala de recursos. De acordo com Margarida, o primeiro critério estipulado pela SME teria sido a existência de um laudo médico que comprove a deficiência do aluno, o que por si só já suscita um amplo debate em torno da influência marcante de um modelo clínico de atendimento ao aluno com deficiência, no qual ainda prevalece o diagnóstico médico sobre a avaliação educacional.
- Avaliação inicial para identificação das necessidades do aluno. Ficou evidente que a professora escolhida para trabalhar na sala de recursos não possuía subsídios, tanto teóricos quanto estratégicos, para proceder a uma avaliação que servisse de base para um plano de atendimento de acordo com as necessidades de cada aluno. Durante o estágio, foi-lhe recomendada leitura do documento “Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais” de 2006, como suporte para a sua ação, inclusive para esclarecer sobre a visão de avaliação como processo que envolve a escola como um todo: professor comum, orientador educacional, família e o próprio aluno.
- Integração entre o professor da sala de recursos e o professor comum. Observou-se que não havia um plano que prevísse tanto reuniões entre ambos quanto alguma atividade em parceria, o que acarreta a descontinuidade do trabalho e não ajuda o aluno a superar as dificuldades que o levaram a frequentar a sala de recursos. Além disso, favorece a tendência a olhar para esse

atendimento como desconectado de todo o processo educacional do aluno e a transformar a sala de recursos em depósito de alunos com problemas, dos quais suas professoras querem se livrar.

– Participação da família. Outra lacuna percebida durante o estágio foi a ausência de uma participação mais efetiva da família dos alunos encaminhados à sala de recursos, que muitas vezes levavam seus filhos ao atendimento sem saber do que se tratava. No meio do estágio, foi criado o conselho de classe participativo, uma iniciativa justamente para incentivar a participação dos pais no processo de aprendizagem de seus filhos. Não tenho notícias se houve continuidade.

– Sensibilização da comunidade escolar. Penso que a implantação de uma sala de recursos em uma escola seja uma declaração explícita de que ela se confirma como inclusiva. Portanto, impõe-se a necessidade da participação de toda a comunidade para a inclusão de todos. O Index para a Inclusão (BOOTH e AINSCOW, 2002), em sua Dimensão A: Criando culturas inclusivas, estabelece como metas: a construção de uma comunidade onde todos se sintam bem-vindos, se respeitem e se ajudem mutuamente; e o estabelecimento de valores inclusivos, no qual todos compartilhem uma filosofia de inclusão e os alunos sejam valorizados igualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui relatada, ao mesmo tempo que nos fornece informações ricas acerca do processo de implantação da sala de recursos em uma escola regular específica, com todas as suas singularidades e trajetórias particulares, nos serve de alerta para podermos analisar de que maneira tal implantação vem ocorrendo nos diversos contextos escolares, uma vez que a situação descrita poderia acontecer em qualquer ambiente educacional.

A criação de salas de recursos precisa ser difundida em todas as redes de ensino com vistas a garantir que o aluno com deficiência/necessidades educacionais especiais não fique em situação de desvantagem em seu processo de aprendizagem com relação aos demais alunos. Sabemos que tal criação não é tarefa simples, mas sim, configura-se em um continuum que vai desde a existência de demanda para esse serviço, a sua garantia pela legislação e o conhecimento da política que lhe dá sustentação, até a mobilização da comunidade escolar como um todo.

Em meio a isso tudo, os passos se diversificam conforme o contexto: avaliação do ambiente; inserção do serviço no projeto político pedagógico da escola; fundamentação

teórica; elaboração do currículo que contemple a inclusão e os serviços da educação especial; formação docente; cronograma de atendimento; avaliação inicial; plano de acompanhamento dos alunos; participação da família; parceria entre professores; articulação com outros serviços etc.

Sabemos que não há um caminho prévio, o que não significa que estejamos perdidos. Há bússolas, mapas, GPS... Mas principalmente, há uma grande disposição por parte de um grupo crescente de pessoas para que todos os alunos, independentemente de suas limitações/dificuldades, tenham uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira e GOTTI, Marlene de Oliveira. Atendimento Educacional Especializado – concepção, princípios e aspectos organizacionais. In: **Ensaio Pedagógico**. Ensaio pedagógico. Brasília: MEC/SEESP, 2006, p. 75-80.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado / elaboração** Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BOOTH, Tony e AINSCOW, Mel. **Index para a Inclusão**. Ed. revisada e reimpressa. Tradução de Mônica Pereira dos Santos. CSIE, New Redland, Frenchay Campus, Coldharbour Lane, Bristol BS16 1QU, UK, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 18 jan. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.571/2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 3.956/2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação

de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. MEC/SEESP: Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. MEC/SEESP, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

BRASIL. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2011.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP: Brasília, 2001.